



## CAROS COMPANHEIROS

O Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos (STSJ), em total coerência na defesa dos direitos dos trabalhadores dos Casinos, não pode deixar de se congratular com a interpelação feita por parte do Bloco de Esquerda (que aqui damos a conhecer) ao Governo.

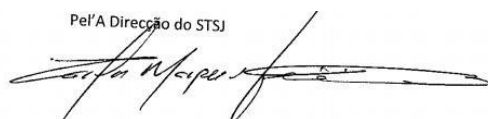
O STSJ considera esta interpelação ao Governo da maior pertinência. Na verdade, ao Estado cabe grande parte da responsabilidade deste despedimento coletivo, que só foi possível porque o Turismo de Portugal, que tutela o serviço de Inspeção de Jogos, está mais empenhado em arrecadar mais de sessenta e cinco por cento das receitas do Jogo do que exigir dos Concessionários o cumprimento das regras estabelecidas.

Na verdade, o serviço de Inspeção de Jogos, em grande obediência aos Concessionários, permite todo o tipo de misturas que não estão previstas na portaria em vigor. Assim como a Inspeção do trabalho (ACT) tem permitido a adulteração dos Contratos Coletivos de Trabalho e Acordos de Empresa (AE). Tudo isto tem obrigado o STSJ a recorrer aos Tribunais por falta de atuação destes serviços de Inspeção.

Também em 29/04/2015, o PCP questionou o Governo sobre este despedimento na Pergunta nº 1509/XII e a Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim aprovou uma moção de apoio aos trabalhadores despedidos com os votos favoráveis da CDU, PS e PSD e votos contra do CDS/PP.

O STSJ não podia deixar de prestar um profundo reconhecimento às forças políticas, que desde o início deste processo de despedimento coletivo sempre têm estado ao lado dos trabalhadores.

Importa dizer que esta não é uma atividade qualquer, é uma atividade que provoca grandes males na Sociedade, não sendo por isso justo que de forma desnecessária e injusta, se pretenda enviar um conjunto de trabalhadores para acrescentar ao número de Famílias deste País sem futuro.

Pe/ A Direcção do STSJ  




REQUERIMENTO      Número      /XII (      .ª)

PERGUNTA      Número      /XII (      .ª)

**Assunto: Despedimento coletivo de 21 trabalhadores no Casino da Póvoa, na Póvoa de Varzim**

**Destinatário: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social**

*Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República*

O Casino da Póvoa, situado na Póvoa de Varzim, no distrito do Porto, encontra-se concessionado à empresa à empresa Varzim Sol, S.A. até 2023.

Há cerca de um ano, o Casino da Póvoa procedeu ao despedimento coletivo de 21 trabalhadores, 20 dos quais da área do jogo. Entretanto, o casino contratou 18 trabalhadores precisamente para a área de jogo. Dos trabalhadores despedidos, nenhum foi reintegrado nas novas contratações do Casino da Póvoa.

Esta situação permite concluir que não havia motivo legítimo para o despedimento coletivo, tendo este sido um subterfúgio para o objetivo real que seria, certamente, contratar novos trabalhadores, em situação mais precária e com salários mais baixos. Os trabalhadores sempre contestaram este despedimento coletivo bem como a sua legitimidade. Recentemente, os trabalhadores despedidos voltaram a contestar este despedimento, manifestando-se em frente ao Casino da Póvoa, e reivindicando a reintegração nos seus postos de trabalho.

O Bloco de Esquerda tem acompanhado a luta destes trabalhadores desde o início. Como tal, quando se começou a aventar a possibilidade de despedimento coletivo, questionámos o Governo (Pergunta número 320/XII/3ª), no sentido de aferir, entre outros assuntos, se a Autoridade para a Condições do Trabalho (ACT) estava a acompanhar este processo. A resposta do Governo, datada de fevereiro de 2014, nada diz de relevante, remetendo-se ao óbvio: “informa-se que os requisitos para os procedimentos de despedimento coletivo estão consagrados na legislação laboral, estando a verificação da sua legalidade cometida a organismos da área do Ministério da Solidariedade, do Emprego e da segurança Social.”.

Ora, as vidas das pessoas, as vidas destes 21 trabalhadores despedidos do Casino da Póvoa, não se compadecem com respostas vãs. É premente que o Governo, através da ACT averigue a legitimidade deste processo de despedimento coletivo bem como das contratações efetuadas, garantindo o cumprimento da legislação laboral e dos direitos dos trabalhadores.



*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, as seguintes perguntas:*

1. O Governo tem conhecimento da situação vivida pelos 21 trabalhadores alvo de despedimento coletivo no Casino da Póvoa?
2. Qual/quais os motivos invocados pelo Casino da Póvoa para justificar o despedimento coletivo de 21 trabalhadores?
3. A Autoridade para as Condições de Trabalho acompanhou o processo de despedimento coletivo destes 21 trabalhadores? Quais foram as diligências efetuadas?
4. Atendendo à situação exposta, que diligências vão ser desencadeadas pela Autoridade para as Condições de Trabalho para verificar o cumprimento da legislação laboral no Casino da Póvoa?

Palácio de São Bento, 21 de maio de 2015.

**O Deputado  
José Soeiro**